



COLEÇÃO  
HESPERIDES  
FILOSOFIA/CULTURA

10

# DEMOCRACIA, *MASS MEDIA* E ESFERA PÚBLICA

DEMOCRACY, MASS MEDIA  
AND PUBLIC SPHERE

**Marta Nunes da Costa**

ORGANIZAÇÃO

**húmus**



**Universidade do Minho**  
Centro de Estudos Humanísticos

# A ANTINOMIA ENTRE ESFERA PÚBLICA E DEMOCRACIA NO PENSAMENTO DE ANTONIO NEGRI

Irene Viparelli  
UNIVERSIDADE DE ÉVORA

## 1. Introdução

15

A PRESENTE INTERVENÇÃO PRETENDE CONTRIBUIR PARA A REFLEXÃO SOBRE A PROBLEMÁTICA DA DEMOCRACIA NO NOSSO MUNDO CONTEMPORÂNEO, investigando a crítica movida por Negri às concepções da democracia fundamentadas no binómio: esfera pública - esfera privada. Pois, no dispositivo teórico de Negri, o conceito de democracia, longe de ter uma significação unívoca, abrange de facto duas representações opostas da sociedade: “democracia” é, em primeiro lugar, a forma de governo “republicana”, que se tornou dominante ao longo da modernidade nas duas versões - liberal e socialista. Tal concepção da democracia, por ser estruturada sobre os conceitos de esfera pública e esfera privada, apresenta, no ver de Negri, um duplo limite - teórico e histórico: por um lado ela constitui, quer na sua versão liberal, quer socialista, uma forma de soberania enraizada na desigualdade social, que assim não apenas exclui a possibilidade duma real libertação dos homens, mas, pelo contrário, estabelece as condições sociais da exploração do trabalho. Por outro, a democracia como forma específica de governo perdeu, com o fim da modernidade e o advento da pós-modernidade globalizada, qualquer significação política e teórica: «Se se concebe a democracia nos termos duma autoridade soberana, que seja representativa do

A ANTINOMIA ENTRE  
ESFERA PÚBLICA  
E DEMOCRACIA NO  
PENSAMENTO DE  
ANTONIO NEGRI

Irene Viparelli

povo, então a democracia na idade imperial não apenas não se encontra realizada, mas de facto é irrealizável». (Negri 2003, p. 96).

Contudo existe, segundo Negri, um outro sentido do termo democracia que, expressando o projecto político de libertação dos homens de qualquer forma de soberania, se torna inconciliável de modo absoluto com toda a tradição política e teórica moderna. Pois Negri, retomando a ideia espinoziana de “democracia absoluta”, identifica-a com o “comunismo”, isto é, com a afirmação dum ordenamento social liberto de toda dominação e estruturado sobre a absoluta potência constituinte da multidão, sobre a criatividade ontológica da socialidade humana. É esta forma de democracia que, irrealizável ao longo da modernidade, torna-se a única forma de democracia possível na nossa pós-modernidade biopolítica.

Nos limites desta intervenção por um lado, através da crítica movida por Negri às categorias de público e privado, tentaremos abordar a questão da problematicidade de colocar o problema da democracia no nosso mundo contemporâneo; por outro, por meio duma apresentação da categoria negriana de “comum”, pretendemos mostrar a tentativa feita por Negri de estabelecer a mesma problemática da democracia de modo radicalmente diferente, por meio da criação dum novo aparato categorial.

## 2. Público *versus* privado. A evanescência da questão democrática

A tradição do republicanismo liberal tem colocado a questão da liberdade e da democracia num horizonte conceptual demasiado apertado, estabelecido pelo princípio de separação entre esfera pública e esfera privada: apenas a autonomia da dimensão social da política, isto é, apenas a clara distinção entre interesses privados e interesse geral, permite realizar um ordenamento social democrático.

Negri, contra esta suposta cisão de público e privado, retoma e repete a clássica crítica marxista à ideologia burguesa. Pois, para Negri «se ainda existe algo, no marxismo tradicional, que vale a pena de estudar, é exactamente este esforço crítico, esta penetração destruidora que a ciência eversiva tem exercido contra as categorias universais do direito burguês privado e público». (Negri 2008, p. 62).

Com Marx então, a reflexão de Negri desenvolve-se no terreno da crítica desmistificadora do pensamento ideológico: o princípio liberal da separação de público e privado na realidade, longe de ser “o garante da liberdade”, cumpre, pelo contrário, a específica tarefa mistificadora de separar o problema da justiça social da questão da liberdade, chegando assim a uma ideia abstracta e ilusória da liberdade, fundamentada no suposto da desigualdade social. «O republicanismo fundado no poder da propriedade e na inviolabilidade dos direitos de propriedade», afirma Negri, «exclui e subordina todos os que não têm propriedade» (Negri, Hardt 2010, p. 22), tornando-se assim uma ferramenta para a legitimação do ordenamento burguês e para a aniquilação duma colocação não-ideológica da questão democrática.

A primeira tarefa a cumprir pela crítica desmistificadora será então a de pôr em relevo a relação de complementaridade em que se encontram, na realidade, o público e o privado: por um lado, segundo Negri, «*não existe mercado sem uma ordem e uma regulação política*» (Negri, Hardt 2004, p. 196); ou seja, não existe uma esfera económica sem o complemento político, não existe capital sem Estado, privado sem público. «Se com o termo mercado livre», continua Negri, «se entende um mercado que se constitui de modo espontâneo, liberto dos controlos políticos, então este mercado livre não existe. É apenas um mito [...]. Atrás de qualquer negociação acerca do trabalho existe sempre o poder político, com a sua ameaça do recurso à força. Se não existisse alguma regulação política – isto é, se não existisse nenhum recurso a força para resolver o antagonismo do trabalho – não existiria nem sequer o mercado capitalista» (Negri, Hardt 2004, pp. 196-197). Por outro lado também não existe poder político sem a economia capitalista; pois, uma forma de soberania transcendente e separada da sociedade, encontra a sua razão de ser apenas na exigência de garantir as condições para a reprodução das relações capitalistas de produção; isto é, na necessidade em disciplinar a força-trabalho, potencialmente revolucionária e antagonista, para a tornar adequada às relações de exploração. Para expressarmos com Negri: «A figura do estado moderno funda-se nesta complexa absorção da subjectividade produtora dentro do conceito de comando, que é o imediato corolário da prática da exploração» (Negri 2008, p. 63).

Pode a crítica marxista empurrar-nos para além desta representação limitada da democracia? Para Negri o marxismo, se demora uma excelente ferramenta para a crítica desmistificadora, torna-se porém inutilizável na medida em que se cumpre a passagem da crítica para a definição duma concepção alternativa do conceito de democracia. Pois a hipótese marxista-leninista do socialismo como fase de transição para a sociedade comunista, é para ser considerada de modo absoluto falsa, como foi, aliás, demonstrado pela história do século vinte.

«A alternativa entre público e privado é simétrica à alternativa, igualmente perniciosa do ponto de vista político, entre capitalismo e socialismo» (Negri, Hardt 2010, p. 9): também neste caso, pois, a presumida oposição entre os termos não é nada senão a máscara ideológica para esconder a íntima complementaridade dos dois ordenamentos sociais. O socialismo de facto, além da sua pretensão em constituir uma oposição radical ao capitalismo, na verdade tem reproduzido a forma burguesa de soberania, entregando ao poder político do Estado, enquanto poder transcendente e exterior à sociedade, as específicas tarefas de disciplina e de controlo da força-trabalho. A causa desta homologação é, segundo Negri, para procurar no processo de modernização acelerada e no rápido desenvolvimento industrial levado a cabo pelos regimes socialistas: se por um lado este desenvolvimento permitiu a saída destes países do Terceiro mundo e a entrada no Primeiro, por outro implicou uma necessária repetição das formas capitalistas de exploração. Por outras palavras, «sem Estaline, não se teria ido além do czarismo» (Negri 2006, p. 14), isto é, os desejos de libertação e de democracia, centrais nos começos das revoluções socialistas, não podiam senão dissolver-se perante as exigências de modernização.

Em paralelo, depois da crise de 1929, «o capital torna-se marxista, ou pelo menos aprende a ler *Das Kapital*, naturalmente do seu ponto de vista» (Negri 1972, p. 73): perante a maior crise económica da sua própria história, o capitalismo teve que enfrentar o problema, central na análise de Marx, duma tendência imanente do capital para a crise, tentado contrastá-la através da hibridação com o socialismo: assim a planificação económica, o equilíbrio dos réditos e a concertação social; isto é, taylorismo na produção, fordismo nos consumos e keynesismo como estratégia política, tornaram-se os três pressupostos do desenvolvimento do capitalismo até aos anos Sessenta.

Esta complementaridade essencial entre socialismo e capitalismo leva Negri a conclusão seguinte: «no estado moderno não existe uma verdadeira diferença entre apropriação privada ou apropriação pública: quer uma quer outra se fundam nas regras da exploração e da exclusão, isto é, nas que são e que ficam fundamentalmente sob a gestão do capital» (Negri 2008, p. 62).

Em suma, para Negri, os princípios fundantes da modernidade excluem de modo absoluto a possibilidade de realizar um ordenamento democrático. Apenas uma “ruptura ontológica”, isto é, uma completa transformação da realidade, capaz de engendrar, por um lado, a dissolução das categorias fundamentais da modernidade e, por outro, a criação duma descontinuidade histórica radical, permite colocar a problemática da democracia duma perspectiva não ideológica.

1968 tem exactamente esta significação: uma “passagem epocal” que, enquanto dissolve a totalidade do ser, constrói ao mesmo tempo uma realidade radicalmente outra: «O século XX acaba depois de 1968. Começa em 1917 e se se quiser acaba em 1989, contudo, para mim, termina em 1968, porque é desde 1968 que começámos a ter em conta a possibilidade de produzir ao mesmo tempo riqueza e liberdade» (Negri 2006, p. 22). 1968 é assim a rebelião contra o princípio moderno da necessária separação entre sociedade e estado, privado e público, justiça e liberdade; desenvolvimento e liberdade, necessidades e desejos, valorização do mundo e auto-valorização subjectiva, já não constituem opostos inconciliáveis, mas, pelo contrário, as categorias constituintes dum projecto político de libertação radical dos homens.

### 3. Comum e democracia

A tese da “ruptura ontológica” compreende-se tendo em conta por um lado a adesão de Negri a uma “concepção espinosista” do ser como infinita produtividade e criatividade (Negri 1998b); por outro a sua fidelidade ao princípio marxista da dialéctica entre forças produtivas e relações de produção (Negri 1998a). Pois, é esta hibridação de marxismo e espinosismo que fundamenta a interpretação da passagem da modernidade à pós-modernidade como sendo expressão do desejo de democracia das multidões, que levou quer à dissolução da dialéctica

entre capital e trabalho, isto é, das condições modernas de produção, quer a uma revolução radical nos pressupostos da produção que tem forçado a passagem da hegemonia da produção material para a do trabalho imaterial (Di Marco 2003, Fumagalli 2007, Gorz 2003). «Onde», especifica Negri, «por trabalho imaterial se considera a totalidade das actividades intelectuais, comunicativas, relacionais, afectivas, expressas pelos sujeitos e pelos movimentos sociais» (Negri 2003, p. 69).

O modo de produção pós-moderno representa, para Negri, a perfeita antítese da “produção moderna”. Em primeiro lugar, dum ponto de vista espacial: enquanto a produção moderna se fundamentava pela oposição entre fábrica e sociedade, ou seja entre esfera de produção e de reprodução; a produção biopolítica, pelo contrário, subtrai à produtividade qualquer limite, expandindo-a à totalidade do horizonte social e tornando assim produtivo o próprio bios, a vida humana em todos os seus aspectos. Noutras palavras, na pós-modernidade, à medida que «a construção de comunidade», a produção e reprodução da sociedade, torna-se «a condição e o objectivo do trabalho social» (Negri 2005, p. 100), as antigas oposições entre trabalho produtivo e improdutivo, entre produção e reprodução se dissolvem por completo.

Em segundo lugar, o actual modo de produção constitui o oposto da produção moderna dum ponto de vista temporal: na modernidade, a individuação do tempo de trabalho como medida do valor fundava a possibilidade da extracção da mais-valia e assim da exploração; a produção imaterial, intelectual, identificando tempo de trabalho e tempo de vida, isto é, realizando todas as infinitas potencialidades produtivas do homem, vai além de toda a medida. Por conseguinte a época pós-moderna dissolve qualquer possibilidade duma determinação quantitativa do valor em vista da sua expropriação.

Por fim, na modernidade a relação salarial, ou seja a venda da força de trabalho individual ao capitalista proprietário das ferramentas de produção, constituía o pressuposto da produção industrial; ao invés, na época da produção biopolítica, por um lado as ferramentas fundamentais do trabalho imaterial, os corpos e os cérebros, são inseparáveis da subjectividade produtiva; por outro já não é a força-trabalho individual, mas a potência social do trabalho que constitui a principal força produtiva. Dissolve-se portanto a “dialéctica do instrumento” – a separação entre forças produtivas e ferramentas de produção –, e,

com ela, as condições históricas da dominação do capital: a potência do trabalho social é inalienável e, por isso, autónoma para com as relações capitalistas de produção.

Esta fenomenologia do trabalho imaterial leva Negri à conclusão de que na pós-modernidade a produção já não encontra a sua condição de possibilidade na relação dialéctica entre capital e trabalho assalariado, mas no “comum”; ou seja na partilha social das informações, dos conhecimentos, das linguagens, dos símbolos, dos afectos, produzidos nas redes democráticas da produção biopolítica: «O que ela produz, pois, é essencialmente o *comum*, o comum que nós partilhamos e que serve de base para qualquer ulterior produção, dando assim vida a uma espiral que se alarga de modo indefinido. Este dado pode ser compreendido de forma mais clara, se pensarmos na comunicação como modo de produção: podemos comunicar apenas com as linguagens, com os símbolos, com as ideias e as relações que temos em comum, e os êxitos deste comunicar, por sua vez, animam novas linguagens, novos símbolos, ideias e relações comuns. Hoje esta relação dual entre produção e comum – o comum é produzido e, ao mesmo tempo, é ele próprio uma força produtiva – é a chave para compreender todas as actividades sociais e económicas» (Negri, Hardt 2004, pp. 229-230).

A nova centralidade da categoria de comum torna problemática a separação entre público e privado: perante uma sociedade que é capaz de produzir, ou melhor, de se produzir e de se reproduzir de modo autónomo, por um lado o capital já não consegue desenvolver nenhuma função produtiva, por outro e por conseguinte, uma forma de soberania transcendente, um poder público disciplinante, já não tem mais razão para existir. Portanto, conclui Negri, os conceitos de privado e público, capital e soberania, na medida em que deixaram de cumprir as suas tarefas tradicionais, tendem a sobrepor-se, identificando-se com uma nova forma de soberania, o poder imperial, radicalmente diferente relativamente à soberania moderna. Pois, abandonada qualquer hipótese de intervir no processo produtivo, o Império, não se define como poder económico, nem político, mas como “puro poder parasitário”, cuja exclusiva função é a expropriação e privatização do comum por meio da imposição do seu controlo sobre as forças produtivas autónomas: «o capital tem que ... se apropriar da comunicação, tem que expropriar a comunidade, sobrepor-se à autónoma capacidade de gerir



o saber, que o transforma no dispositivo de todo empreendimento do operário social. Começa assim a aparecer *a forma da expropriação no capitalismo maduro*, melhor, na economia mundo do operário social. [...] *Expropriação, assim, da comunicação*, - como mistificação do carácter comunitário da produtividade do operário social» (Negri 2005, p. 98).

A passagem dum modo de produção fundamentado na propriedade privada das ferramentas de produção para a produção imaterial enraizada no comum abre o caminho para colocar a problemática da democracia de modo radicalmente diferente relativamente à tradição moderna: «o que a categoria de privado é para o capitalismo e o que a categoria de público é para o socialismo, a categoria de comum é para o comunismo» (Negri, Hardt 2010, p. 275).

Justifica-se e compreende-se assim o “optimismo” de Negri perante as formas contemporâneas de exploração e de injustiça, que o leva a afirmar que «o Império é melhor de aquilo que o tem precedido» (Negri, Hardt 2002, p. 56): pois, é apenas na altura da produção biopolítica que a contradição, relevada por Marx, entre forças produtivas e relações de produção se torna absoluta, irresolúvel, na medida em que «a função de comando se organiza como ameaça de bloqueio da informação, como interrupção dos processos cognitivos, em suma, o capital parasitário é aquilo que traz valor sobretudo *parando* os movimentos de conhecimento, de cooperação, de linguagem» (Negri 2003, p. 73). Noutras palavras as relações de produção, a estrutura hierárquica da sociedade, em vez favorecer a produção, torna-se o maior obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas.

Assim, a pós-modernidade, dissolvendo a complementaridade entre público e privado e afirmando o “Comum” como fundamento da produção, torna não apenas possível, mas também necessária a afirmação dum ordenamento democrático: a destruição do Império constitui o único caminho a percorrer para salvaguardar e incrementar a produtividade social e a única verdadeira alternativa contra a corrupção e a degradação do ser. Em suma, para concluirmos com as palavras de Negri: «o comum [...] não representa uma “terceira via” que teria a capacidade de mediar entre público e privado, mas uma “segunda via” que se apresenta como *antagonista e alternativa* para com a gestão do capital [...]. O direito comum não é pensável senão a

partir da destruição da exploração – seja ela pública ou privada – e da democratização radical da produção» (Negri 2008, pp. 66-67).

## Bibliografia

- Di Marco, G. A., Intellettualità di massa, lavoro immateriale, ordine mondiale. Una declinazione del tema “filosofia e politica” in Michael Hardt e Antonio Negri, *Dissensi*, n. 3, 2003, pp. 18-34.
- Fumagalli, A., *Bioeconomia e capitalismo cognitivo: verso un nuovo paradigma di accumulazione*, Carocci, Roma 2007.
- Gorz, A., *L'immateriale. Conoscenza, valore e capitale*, Bollati Boringhieri, Torino 2003.
- Marx, K., *Il Capitale. Critica dell'economia politica, Libro primo*, Newton Compton, Roma 1994.
- Marx, K., *Lineamenti fondamentali della critica dell'economia politica, 1857-1858*, La Nuova Italia, Scandicci 1997.
- Negri, A., John M. Keynes e la teoria capitalistica dello stato nel '29, AA. VV., *Operai e Stato. Lotte operaie e riforma dello stato capitalistico tra rivoluzione d'Ottobre e New Deal*, Feltrinelli, Milano, 1972, pp. 69-101.
- Negri, A., *Marx oltre Marx*, Manifestolibri, Roma 1998a.
- Negri, A., *Spinoza*, Derive Approdi, Roma 1998b.
- Negri, A., Hardt, M., *Impero: il nuovo ordine della globalizzazione*, Rizzoli, Milano 2002.
- Negri, A., *Guide. Cinque lezioni su Impero e dintorni*, Raffaello Cortina Editore, Milano 2003.
- Negri, A., Hardt, M., *Moltitudine: guerra e democrazia nel nuovo ordine imperiale*, Rizzoli, Milano 2004.
- Negri, A., *Fine Secolo. Un'interpretazione del Novecento*, Manifestolibri, Roma 2005.
- Negri, A., *Goodbye Mr. Socialism*, Feltrinelli, Milano 2006.
- Negri, A., *La fabbrica di porcellana*, Feltrinelli, Milano 2008.
- Negri, A., Hardt, M., *Comune*, Rizzoli, Milano 2010.